

AFINAL, VALORIZAR OU PREMIAR O BRINCAR NA ESCOLA?

EDUARDA DOS SANTOS CHANÇAS¹; VITÓRIA DA SILVEIRA DA ROSA²;
ROGÉRIO COSTA WÜRDIG³

¹Universidade Federal de Pelotas – eduardachancas@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vickrosa94@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rocwurdig@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado do terceiro ano do Projeto de Extensão “Brincando na Escola” da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel) desenvolvido em três escolas públicas estaduais, localizadas na cidade de Pelotas-RS, envolvendo 122 crianças e 18 estudantes do Curso Pedagogia. O referido projeto visa preservar e ampliar a cultura lúdica infantil e está vinculado à disciplina optativa “Práticas complementares ao Ensino Fundamental: brincando na escola” ofertada no curso de Pedagogia (FaE/UFPel). Participaram desta edição do projeto 122 crianças e 18 estudantes do Curso de Pedagogia.

A partir da leitura e análise dos relatórios elaborados pelas acadêmicas, das avaliações encaminhadas pelas escolas participantes e considerando, também, nossas experiências no projeto, percebemos que a escola ainda pouco valoriza o brincar. Isso persiste mesmo nas escolas em que o projeto já acontecia em anos anteriores. Por conta de algumas ideias “equivocadas” sobre o brincar na escola, este acaba confundindo e/ou reduzido às raras aulas de Educação Física ou é ofertado como premiação para as crianças que concluem todas as atividades em sala de aula, tidas como mais importantes e imprescindíveis na rotina escolar.

Em nossos estudos teóricos percebemos “que a casa tende a ser o lugar mais utilizado pelas crianças durante as brincadeiras” (WÜRDIG, 2010, p. 217), por dois fatores que consideramos agravantes em relação ao tema: a violência e o perigo nas ruas e a não valorização do brincar na escola. Esses fatores interferem na produção da cultura lúdica infantil entendida por Brougère (1997, p. 50) como “uma estrutura complexa e hierarquizada, constituída de brincadeiras conhecidas e disponíveis, de costumes lúdicos, de brincadeiras individuais, tradicionais ou universais e geracionais”. A escola tende a ser um lugar mais “sério” e que julga mais importante formar cidadãos aptos para o mercado de trabalho, esquecendo-se que brincar é um direito da criança (LEI Nº 8.069/1990) garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Assim, objetivamos com esse trabalho discutir e compreender os motivos da não valorização do brincar, especialmente naquelas escolas que participaram do projeto desde a primeira edição. Essas instituições tendem a negociar o brincar como premiação pelo bom comportamento das crianças ou pelo cumprimento de tarefas, além de outros benefícios que não seja o simples prazer de brincar.

2. METODOLOGIA

Em um primeiro momento houve o contato com as escolas, docentes, equipe diretiva e crianças de forma a reconhecer espaços, materiais disponíveis e identificar o repertório de brincadeiras, ponto de partida de todo o projeto. Paralelamente iniciou o planejamento semanal das aulas brincantes, a continuidade dos estudos

teóricos, as orientações, o compartilhamento das experiências e as avaliações do que acontecia nas escolas.

Durante o projeto houve a preocupação e a necessidade de registrar os acontecimentos ocorridos nas aulas brincantes para que, posteriormente, fossem debatidos e possibilitassem a articulação teoria e prática, bem como a interpretação das experiências desenvolvidas. Os registros presentes nos diários de campo, nas fotos, nos vídeos, nos desenhos e nas fichas de avaliação tinham como objetivo qualificar o trabalho do projeto na escola. Outro instrumento bastante importante foi o relatório final contendo os relatos detalhados das experiências de brincar com as crianças nas escolas. A partir da leitura exaustiva identificamos a repetição, em todos os relatórios analisados, de uma visão do brincar como “perda de tempo”, desvalorizado ou pouco valorizado, especialmente pelas docentes e pela equipe diretiva das escolas. E por fim foi realizado o seminário de fechamento entre os participantes do projeto para compartilhar experiências, sistematizar e avaliar o trabalho desenvolvido. Esse é um momento de reflexão e de construção de um conhecimento acerca de uma determinada realidade de um grupo de escolas públicas, especialmente de como essas instituições têm compreendido, tratado e (des) valorizado o brincar na vida das crianças que frequentam a rede pública de ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos que ainda é marcante ou predominante a não valorização do brincar no ambiente escolar. Praticamente não há alteração na rotina das escolas, nem naquela onde o projeto existe há mais de um ano. Antes de iniciarmos as atividades, há uma explicação e apresentação dos objetivos do brincar na escola. Embora o projeto seja geralmente solicitado pelas instituições escolares, parece que elas “fecham os olhos” após o término da ação dos estudantes do curso de Pedagogia. Parece que, de certa forma, o aceite temporário torna “automático” a valorização do brincar. Contudo, como não é incorporado e compreendido como elemento importante na educação e na vida das crianças, fica condicionado aos interesses das professoras e da escola e negociado como prêmio pelo cumprimento das atividades em sala de aula. Esse jeito compromete a interação entre as crianças e dificulta a manutenção, preservação e ampliação da cultura lúdica. Uma evidência desse aceite automatizado e condicionado do brincar estava na freqüente redução do tempo para tal atividade: dos 30 ou 40’ previamente estabelecidos entre a professora titular e as estagiárias do projeto, apenas 10’ eram garantidos, já que as outras atividades de sala de aula exigiam mais tempo das crianças.

A escola tende a ser entendida como um lugar de disciplina, de prioritariamente aprender a ler e escrever, como a “parte séria” da vida dos (as) estudantes, onde existe o somente 15 minutos de recreio “espaço autorizado para o barulho e para ser criança” (WÜRDIG, 2004, p. 287). Fora desse curto espaço de tempo, volta-se o silêncio, o copiar, a disciplina, a falta de interação e rigidez e assim “deixam de lado as vestes de criança e enfiam as vestes de alunos, perfilando-se nas filas e entrando nas salas de aula (WÜRDIG, 2004, p. 288). Nas conclusões dos relatórios aparece, com freqüência, que o brincar acontece só na hora do recreio, como uma regra, como o único momento e espaço na escola em que as crianças podem pode ou não se mexer. Predomina, mais uma vez, o controle, a rigidez e a seriedade no comportamento. Às crianças é exigido que se moldem a essa formatação adultocêntrica que esquece o tempo de infância e “cobra das crianças

uma postura de seriedade, imobilidade e linearidade, matando pouco a pouco [...] sua espontaneidade, criatividade, ousadia, sensibilidade” (SAYÃO, 2002, p. 58). Os adultos esquecem, às vezes, que as crianças têm direitos e que brincar é um desses direitos. Infelizmente isso nos remete à seguinte ideia: se existe a hora de brincar, também existe a hora de ser criança? A forte disciplina no ambiente escolar parece criar uma barreira que divide escola e a infância e essa divisão não tem contemplado e valorizado o brincar.

As crianças ao avaliarem o projeto e responderem sobre o que mudariam na escola, foram quase unânimes: mudariam “o recreio, para termos mais tempo para brincar” e ampliariam os espaços das escolas para poder brincar mais. Isso evidencia que a escola disponibiliza pouco tempo para brincar. Acreditamos que esses comentários permanecerão enquanto o ambiente escolar não valorizar o mundo brincante.

Na desenfreada rotina do dia-a-dia e em meio ao caos instalado na sociedade e na escola é muito frequente os adultos comentarem: “a infância é a melhor fase da vida, aproveita”, “que saudade de ser criança”. Apesar de reconhecerem que os momentos lúdicos passados na infância fazem muita falta, mesmo que pensem isso de forma saudosista, esquecem que certo jeito adulto sisudo de enfrentar a vida contribui para que essa geração – dos adultos – se distancie do lúdico que não é exclusivo das crianças, mas é dos seres humanos. A questão não é deixar de ser adulto, e sim cultivar elementos brincantes, de diversão, de prazer e espontaneidade sem se preocupar com as ditas convenções sociais e com o que permitido e proibido aos adultos e aos docentes. Os momentos prazerosos e únicos de brincar não acontecem somente na infância, podem e devem ser vividos em todos os períodos da nossa existência. Viver intensamente o brincar sem medo de se entregar ao desconhecido, ao inusitado, ao surpreendente, ao misterioso, ao mágico. Uma possibilidade para transformar tudo e todos no que desejar e sonhar, sem hesitar, rompendo barreiras do tempo e do espaço, uma forma de conhecer a si mesmo, o outro, o mundo e de humanizar-se.

Diante da redução ou quase extinção dos espaços lúdicos, as crianças procuram outros espaços que deem liberdade e garantam o direito de brincar. Essas mudanças podem limitar a produção da cultura lúdica, pois “há múltiplas influências que pesam sobre a experiência lúdica, como o ambiente e as condições materiais, passando pelas proibições dos pais e dos professores as limitações dos espaços na escola, em casa, no bairro e na cidade” (WÜRDIG, 2004, p. 287), bem como a violência urbana. Diferente de épocas anteriores, os pais já não permitem que as crianças brinquem na rua até tarde da noite. Os encontros lúdicos acontecem, muitas vezes, na calçada, monitorados, como se a mesma fosse um prolongamento da sua casa num lugar que está sob a visão dos responsáveis pelas crianças e, por isso, liberado sob controle. Esse outro jeito de brincar, com menos espaço e mais vigiado, faz que a escola também assuma o papel de garantir o direito de brincar às crianças, reorganizando e contemplando espaço e tempo para a produção da cultura lúdica entre as crianças. Ao negar esses momentos, nega um dos traços que tem caracterizado as diferentes infâncias: de ser um sujeito brincante. Ainda que nem todas as crianças brinquem, elas têm direito de brincar, inclusive na escola.

Existe uma necessidade de romper a barreira entre a escola e o brincar, começando pelas pessoas que compõem esse espaço. Quebrar a postura rígida quase que “naturalizada” entre docentes é uma possibilidade para despir-se da rigidez, ainda exigida na escola, e incorporar práticas brincantes. A reorganização do

currículo escolar, talvez, seja o começo de práticas articuladas ao direito das crianças de brincar e se divertir na escola.

4. CONCLUSÕES

Acreditamos que é preciso uma formação ampla em relação ao brincar que possibilite ao adulto não distanciar-se das suas experiências brincantes. Colocar-se no lugar do outro, apropriar-se, observar e brincar junto com as crianças. Isso implica em garantir e criar condições para que o direito de brincar também se faça presente na escola. Analisar o ato de brincar, procurando desfazer-se da rigidez, ainda que, como adulto, não viva intensamente o brincar como as crianças vivem. Esse é um dos caminhos para que as crianças não precisem vestir na escola as roupas de estudantes, abrindo mão de suas experiências, de suas culturas, de suas formas diferentes de ver o mundo e brincar muito, inclusive na escola. Brincar como possibilidade humana e não como recompensa ao cumprimento das tarefas escolares. As crianças querem brincar pelo simples fato de querer brincar, sem ter mais ou menos motivos que favoreçam o sucesso escolar. Brincar em todos os momentos, não reduzido à escola, nem limitado ou inexistente, mas fortalecido por essa instituição. Enfim, brincar como um princípio em todas as esferas da vida.

É preciso transformar os olhares e as ações moldadas de quem não brinca e não se permite acessar suas memórias ludico-corporais, mesmo que essas memórias não sejam tão diversificadas e tão divertidas. Essa combinação entre o passado e o presente entre a infância e a adultez, entre as crianças e as professoras é uma grande possibilidade de enfrentar e superar os tensionamentos advindos da liberdade ousada das crianças de romper com a ordem estabelecida pelos adultos quando estão a brincar. Ao brincar rompem como o silêncio absoluto, com as regras impostas e o controle corporal pelo simples prazer de brincar, sem pensar ou prever o que pode ou não pode acontecer. O brincar contempla aprendizados diversos, interações, diversão, alegria, expressões múltiplas, movimento...produção de cultura. Nada substituí e/ou justifica o brincar e sua importância, a não ser o próprio ato de brincar!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Casa Civil**. Brasília 13 jul. 1990.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SAYÃO, D. T. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.23, n.2, p.55-67, jan.2002.
- WÜRDIG, R. C. **Lugares, parcerias e brincadeiras que constituem a cultura lúdica das crianças**. Pelotas: ed. Universitária da UFPel, 2010.
- WÜRDIG, R. C. **O lugar do brincar na Infância**. Pelotas: Editoras e Gráfica Universitária/UFPel, 2004.